

Nota Informativa

Edição 075/2024

DESTAQUES

Começa adesão a renegociação de débitos de ajuda financeira ao ICMS

Senado deve votar desonerações de setores e municípios na próxima semana

Congresso pede ao STF suspensão de liminar que derrubou desoneração da folha, e diz que votará tema em até 2 meses

Fazenda eleva para 2,5% a estimativa de crescimento do PIB de 2024

Lei altera LDO para apoio ao Rio Grande do Sul

Comissão aprova proposta que cria sistema de compra instantânea para a administração pública

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Governo regulamenta Fust na modalidade de benefício fiscal

Governo dispensa BNDES em desconto de 50% para teles com o FUST

CGU cobra adesão de estados e municípios a robô que busca fraudes em licitações

IBGE oferece inteligência artificial para planejamento e reconstrução no RS

Política Nacional de Cibersegurança será avaliada em plano de Esperidião Amin

Abranet adere ao projeto Tentáculos contra fraude financeira digital

Ferramenta da Embratel conecta data centers e clouds públicas

REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo quer ampliar diálogo com setor produtivo sobre reforma tributária e gestão

RIO GRANDE DO SUL

MTE autoriza empresas do RS a suspender recolhimento do FGTS

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

IFI reduz projeção de déficit, mas aponta cenário incerto de receitas e despesas

JUDICIÁRIO

Mendes pede vista e interrompe julgamento sobre mudanças na Lei de Improbidade Administrativa

POLÍTICA

Lira renova dispensa de presença de deputados do Rio Grande do Sul

RELAÇÕES EXTERIORES

Brasil e França reforçam parcerias bilaterais em Ciência e Tecnologia

Brasil e Índia planejam ampliação da parceria econômica

DESTAQUES

Começa adesão a renegociação de débitos de ajuda financeira ao ICMS

Poder Executivo | 16/05/2024 – 20h19min

A partir de quinta-feira (16) até 28 de junho, às 19h, as empresas que deduziram indevidamente incentivos estaduais do pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) poderão aderir à renegociação especial. A Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) publicaram o edital de transação especial, que oferece até 80% de desconto sobre a dívida. O pagamento dos débitos de incentivos do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) poderá ser feito nas seguintes condições. quem pagar em espécie o valor da dívida consolidada em até 12 parcelas mensais terá desconto de 80%. Quem pagar em espécie no mínimo 5% da dívida consolidada sem reduções, em até cinco meses, poderá parcelar o saldo remanescente em até 60 meses, com redução de 50%, ou em 84 meses, com redução de 35%.

Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senado deve votar desonerações de setores e municípios na próxima semana

Poder Legislativo | 16/05/2024 – 20h19min

O projeto de lei que mantém a desoneração da folha de pagamento em 2024 para 17 setores da economia e começa a reoneração gradual deve ser votado na próxima semana no Senado. Já há acordo para isso, segundo o autor do texto, Efraim Filho (União Brasil-PE), e o líder do Governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP). “Esperamos agora que, com a solução com os municípios, a votação ocorra na próxima terça-feira”, disse Efraim. “É uma semana de Marcha dos Prefeitos, inclusive seria um gesto também do Congresso Nacional, com os municípios brasileiros, que sabemos estão com as suas finanças esgotadas, principalmente os pequenos municípios, apertados com essa alíquota

previdenciária a 20%. Esses três meses de alíquota a 8% deram um fôlego". Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Congresso pede ao STF suspensão de liminar que derrubou desoneração da folha, e diz que votará tema em até 2 meses

Poder Legislativo | 17/05/2024 – 13h35min

O Congresso Nacional afirmou, em manifestação encaminhada na sexta-feira (17) ao Supremo Tribunal Federal (STF), que concorda com a suspensão da ação que pede a derrubada da lei que desonera a folha de pagamento de empresas e municípios. No documento, o Congresso diz aceitar o pedido feito pela Advocacia-Geral da União (AGU) para suspender, por 60 dias, os efeitos de uma liminar do ministro Cristiano Zanin, que invalidou trechos da lei da desoneração. A AGU pediu a suspensão da liminar depois de o governo federal e o Legislativo sinalizarem um acordo para uma retomada gradual — já a partir de 2025 — das alíquotas sobre a contribuição previdenciária das empresas. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Fazenda eleva para 2,5% a estimativa de crescimento do PIB de 2024

Poder Executivo | 17/05/2024 – 10h24min

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda divulgou na quinta-feira (16/5) a edição de maio do Boletim Macroeconômico, com a atualização da grade de parâmetros macroeconômicos. A nova estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) é de 2,5% para 2024, ante projeção de 2,2% presente na grade anterior, de março. Para 2025, foi mantido o cálculo de crescimento de 2,8% do PIB. Absorção doméstica, com consumo e investimento, além do setor externo, impulsionaram a revisão da estimativa para cima, aponta a SPE. A nova grade de parâmetros revela aumento das perspectivas de inflação medidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e, em menor patamar, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Em relação ao IPCA, agora vigora estimativa de variação de 3,7% este ano (ante 3,5%, em março), portanto dentro do intervalo da meta para 2024 (de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto porcentual para cima ou para baixo). Para o INPC, a atual estimativa é de alta de 3,5% em 2024 (frente 3,25%, na grade anterior). Para o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), foi mantida previsão de variação de 3,5% em 2024. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lei altera LDO para apoio ao Rio Grande do Sul

Poder Executivo | 17/05/2024 – 10h52min

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou na quinta-feira (16) a Lei 14.855, de 2024, que estabelece mudanças nas regras do Orçamento de 2024 para facilitar os repasses para o apoio ao Rio Grande do Sul. A sanção, sem vetos, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de sexta-feira (17). A norma altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2024 ([LDO — Lei 14.791, de 2023](#)), que estabelece regras e prioridades para o Orçamento de 2024. A nova lei facilita a destinação de emendas individuais a cidades em situação de calamidade pública, como é o caso dos municípios gaúchos afetados por fortes chuvas desde o início de maio. Conforme a lei publicada, as emendas individuais dos senadores e deputados, que são impositivas, terão prioridade na execução, quando destinadas a municípios em situação de calamidade ou de emergência em saúde pública reconhecida pelo Poder Executivo. Em 7 de maio, o Senado aprovou e foi promulgado o decreto legislativo ([PDL 236/2024](#)) que reconheceu o estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul até 31 de dezembro de 2024. Fonte: Agência Senado

Comissão aprova proposta que cria sistema de compra instantânea para a administração pública

Poder Legislativo | 17/05/2024 – 08h03min

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2133/23, que cria o Sistema de Compra Instantânea (Cix) para aquisição de bens padronizados e selecionados pela administração pública. O relator, deputado Luiz Carlos Haully (Pode-PR), recomendou a aprovação. “Essa medida poderá ampliar a competitividade nas licitações e diminuir os custos do processo administrativo e os preços de aquisição”, afirmou Haully. “A plataforma de contratação simplificada beneficiará diversos setores, mas principalmente a saúde, que não pode arcar com o desabastecimento de medicamentos gerado pela lentidão do processo licitatório”, avaliou o relator. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Governo regulamenta Fust na modalidade de benefício fiscal

Poder Executivo | 17/05/2024 - 12h10min

O governo federal publicou no Diário Oficial da União (DOU) de sexta-feira, 17, o Decreto 12.023/2024, que altera as formas de uso dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) na modalidade de benefício fiscal. O decreto permite que nessa modalidade, conforme antecipado pelo TELETIME, a liberação, gestão e acompanhamento da execução desses investimentos seja feita pelo Ministério das Comunicações, sem a intermediação de agente financeiro, mas observado o procedimento aprovado pelo Conselho Gestor. Dessa forma, a modalidade de benefício fiscal ficaria a cargo de acompanhamento e execução direta do poder Executivo, sem a intermediação do BNDES. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo dispensa BNDES em desconto de 50% para teles com o FUST

Poder Executivo | 17/05/2024

Um [decreto](#) publicado na sexta, 17/5, muda as regras do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para facilitar a redução de 50% na contribuição para empresas que usem recursos próprios para investimentos em conectividade. A mudança dispensa a participação do BNDES nesse tema e concentra a decisão no Ministério das Comunicações. Pela ótica da pasta, não há porque o agente financeiro se envolver com esse caso, uma vez que se trata de um benefício fiscal e não de transferência de recursos. Esse benefício é previsto desde 2020, quando a Lei 14.109 abriu caminho para o uso do FUST em projetos de conectividade. No caso do benefício fiscal, a redução do montante a ser recolhido ao fundo vale para projetos listados na modalidade não reembolsável, ou seja: 1) ampliação do acesso de escolas públicas à internet em banda larga; e 2) projetos de expansão, de uso e de melhoria das redes e dos serviços de telecomunicações. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CGU cobra adesão de estados e municípios a robô que busca fraudes em licitações

Poder Executivo | 17/05/2024

A plataforma Alice, desenvolvida pela CGU, que analisa diariamente, de forma automatizada, as compras e contratações públicas do Governo Federal e que, entre 2019 e

2023, identificou um total de R\$ 11,7 bilhões em licitações suspeitas, as quais foram suspensas ou canceladas devido a indícios de irregularidades, está disponível para utilização por estados e municípios. Além das licitações, contratos e editais do Poder Executivo Federal, a robô Alice analisa também centenas de licitações de outros poderes e de entes federativos. Diante de potenciais riscos e inconsistências, a ferramenta dispara alertas para que seja possível atuar de forma preventiva e tempestiva. Os resultados dessas análises podem ser disponibilizados gratuitamente, por meio de parcerias da CGU com os órgãos de controle estaduais e municipais. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

IBGE oferece inteligência artificial para planejamento e reconstrução no RS

Poder Executivo | 17/05/2024

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou uma força-tarefa nacional para capacitar gestores municipais do Rio Grande do Sul no uso de várias ferramentas do Instituto para lidar com a pior tragédia climática da história do estado. A proposta é usar inteligência artificial para diagnóstico, planejamento e reconstrução de áreas atingidas. A força-tarefa do IBGE será, inicialmente, virtual, mas usará sua estrutura no estado para dar suporte no processo de reconstrução das áreas atingidas. A apresentação será feita pelo presidente do IBGE, Marcio Pochmann, e corpo técnico do Instituto, com transmissão pelo IBGE Digital (ibge.gov.br) e pelas redes sociais do IBGE. O IBGE atuará em parceria com os governos federal, estadual e municipais no suporte aos ministérios junto ao estado do Rio Grande do Sul, mas em especial aos municípios gaúchos, prestando informações por demanda para os gestores públicos atuarem no diagnóstico, planejamento e na reconstrução das localidades afetadas. Serão convidadas autoridades federais, estaduais e municipais envolvidas nas ações no estado. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Política Nacional de Cibersegurança será avaliada em plano de Esperidião Amin

Poder Legislativo | 16/05/2024 – 20h00min

Em reunião na terça-feira (21), a partir das 14h, a Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética fará a apresentação de seu plano de trabalho, que consistirá na avaliação da Política Nacional de Cibersegurança, instituída pelo Decreto 11.856, de 2023. O plano de trabalho proposto pelo relator da subcomissão, senador Esperidião Amin (PP-SC), prevê a realização de reuniões, visitas técnicas e audiências públicas com autoridades do Ministério da Defesa, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; do Comando do Exército, da Marinha e da Força Aérea; do Ministério das Relações Exteriores; do Ministério da Justiça e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Abranet adere ao projeto Tentáculos contra fraude financeira digital

Mercado | 16/05/2024 - 16h43min

A Plataforma Tentáculos da Polícia Federal (PF), que centraliza as notícias-crimes de fraude financeira digital em um único repositório de dados, ganhou a adesão da Associação Brasileira de Internet (Abranet). Com a assinatura de um acordo de cooperação técnica com a PF, a Abranet passa a colaborar em projetos e ações de enfrentamento a golpes e fraudes financeiras na internet, principalmente, quando houver o envolvimento de contas mantidas por paytechs e fintechs associadas a ela. Empresas como Mercado Pago e PagPay fazem parte da Abranet. O acordo entre a Abranet e a PF foi assinado na terça-feira, 14, em Brasília, e os principais pontos da colaboração estabelecem a adesão das instituições ligadas à Abranet e sua integração à Plataforma Tentáculos. A entidade reúne mais de 400 empresas em todo o

país, especialmente pequenos provedores de acesso à internet, provedores de conteúdo, plataformas, fintechs, paytechs, assim como data centers. “A adesão da Abranet a Tentáculos possibilitará o compartilhamento seguro de dados, aumentando todo o sistema de informações disponibilizado à Polícia Federal, contribuindo para as investigações” observou Carol Conway, presidente da associação. Fonte: Tele Síntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ferramenta da Embratel conecta data centers e clouds públicas

Mercado | 16/05/2024

A Embratel lança esta semana o Datacenter Interconnect (DCI), produto de conectividade dedicada que interliga dois ou mais Data Centers e Nuvens públicas para que empresas possam migrar seus dados e cargas de trabalhos para os ambientes mais estratégicos, de forma simplificada, personalizada e sob demanda, utilizando um portal de gestão automatizado. A solução é indicada para setores como financeiro, indústria, serviços e varejo. O produto possibilita às companhias que utilizam Data Centers e Nuvens reorganizar onde suas informações e aplicações estão armazenadas por meio da interconexão entre os servidores com flexibilidade, agilidade e escalabilidade. O DCI é fornecido através de uma infraestrutura robusta que já está instalada em parte dos Data Centers da Embratel e de empresas, como Ascenty, Cirion, Equinix e Takoda. Para migrações de cargas de trabalho entre Data Centers e Nuvens, o serviço já está em funcionamento com Amazon Web Services (AWS) e Google Cloud. A previsão é que, em breve, haja a extensão para outros fornecedores.

Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo quer ampliar diálogo com setor produtivo sobre reforma tributária e gestão

Poder Executivo | 17/05/2024 – 14h50min

A Secretaria da Fazenda se reuniu na sexta-feira (17) com dirigentes da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (Faciap), em um encontro direcionado a discutir a regulamentação da reforma tributária e novas medidas para desburocratizar a gestão fiscal e impulsionar a atividade econômica no Estado. A reunião teve como objetivo trocar ideias sobre como simplificar processos fiscais. Também foi proposta a criação de um fórum técnico no qual Estado e setor produtivo pudessem debater continuamente a reforma tributária. O secretário da Fazenda, Norberto Ortigara, ressaltou que uma das prioridades da gestão é criar um ambiente cada vez mais propício para o investimento. Ele enfatizou a importância desse esforço e destacou os benefícios que o crescimento econômico traz para a geração de empregos e oportunidades, além de impulsionar o desenvolvimento do Estado. Fonte: Governo do Estado do Paraná

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RIO GRANDE DO SUL

MTE autoriza empresas do RS a suspender recolhimento do FGTS

Poder Executivo | 16/05/2024 – 15h36min

Foi publicada na quinta-feira (16), no Diário Oficial da União, a Portaria Nº 729 que autoriza a suspensão do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelos empregadores situados em municípios do Rio Grande do Sul alcançados por estado de calamidade pública reconhecidos pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Atualmente, são 46 municípios beneficiados, listados na Portaria do Ministério do

Trabalho e Emprego (MTE). Essa medida faz parte de um conjunto de ações do MTE para ajudar os trabalhadores gaúchos. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

IFI reduz projeção de déficit, mas aponta cenário incerto de receitas e despesas

Poder Legislativo | 16/05/2024 – 16h29min

A Instituição Fiscal Independente (IFI) atualizou as projeções de déficit primário do governo federal em 2024 e 2025. Também revisou para cima a projeção para o crescimento da economia do país em 2024. Os números constam do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de maio, divulgado na quinta-feira (16). O órgão ainda descreve o cenário fiscal como “volátil” e aponta incertezas tanto do lado da arrecadação quanto das despesas. De acordo com a IFI, o déficit primário de 2024 deve ficar em 0,8% do PIB. Em fevereiro, a entidade apontava que o déficit seria de 0,9%. Já para o ano que vem, o déficit estimado é de 0,4%. A IFI aponta que a atualização ocorreu em função “de um moderado crescimento da arrecadação no Regime Geral da Previdência Social e das receitas não administradas”. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

Mendes pede vista e interrompe julgamento sobre mudanças na Lei de Improbidade Administrativa

Poder Executivo | 16/05/2024 – 16h34min

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu vista e interrompeu o julgamento que trata de alterações realizadas na Lei de Improbidade Administrativa. Na quinta-feira, o ministro Alexandre de Moraes concluiu o seu voto. Ele, que é o relator, foi o único a se manifestar. Pelo prazo regimental, Gilmar Mendes tem até 90 dias para devolver o processo para julgamento. A ação em análise foi ajuizada pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), contrária às mudanças feitas na lei, em 2021. O voto de Moraes começou a ser proferido na quarta-feira e foi no sentido de suspender uma série de dispositivos da legislação que foram alterados. Um dos dispositivos que devem ser derrubados, na visão do relator, é o que prevê que a perda da função pública deveria atingir apenas o vínculo de mesma natureza do agente com o poder público no momento da prática do ato. Para ele, a perda da função pública independe do cargo ocupado no momento da condenação. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Lira renova dispensa de presença de deputados do Rio Grande do Sul

Poder Legislativo | 17/05/2024 – 14h26min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), renovou até dia 24 de maio a dispensa de registro de presença em Plenário para os 31 deputados da bancada do Rio Grande do Sul. As enchentes que atingem o estado inviabilizaram o uso do aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre. Os voos estão suspensos por tempo indeterminado. A Defesa Civil informou que, até o momento, há mais de 150 mortos, quase 100 desaparecidos e mais de 540 mil desabrigados nos 461 municípios afetados (93% do total de 496 municípios). Os temporais e as enchentes atingiram diversas regiões do Rio Grande do Sul. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Brasil e França reforçam parcerias bilaterais em Ciência e Tecnologia

Poder Executivo | 17/05/2024 – 11h40min

A audiência entre a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, e o embaixador da França no Brasil, Emmanuel Lenain, na quinta-feira (16), reforçou as parcerias bilaterais em C&T nas áreas de bioeconomia e tecnologia. O encontro avançou em iniciativas acertadas durante a visita do presidente francês Emmanuel Macron, ao Brasil, em março. Um dos projetos é a retomada do Centro Franco-Brasileiro de Biodiversidade Amazônica. A ideia é criar uma rede de universidades e instituições de pesquisa voltada para as áreas de bioeconomia, saúde, sustentabilidade e mudanças climáticas. A expectativa é que os dois países anunciem em setembro os primeiros passos para a implantação do Centro. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Brasil e Índia planejam ampliação da parceria econômica

Poder Executivo | 17/05/2024 – 09h57min

O estreitamento de laços, a revolução digital e o papel das empresas, formas de promover o trabalho conjunto, o aumento dos investimentos, com a implantação de indústrias no Brasil, foram alguns dos temas da conversa entre o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e o embaixador indiano no Brasil, Suresh Reddy, que estava acompanhado do primeiro secretário da embaixada, Suraj Ananta Jadhav, em audiência, na quinta-feira (16), na sede do Ministério do Trabalho e Emprego, em Brasília (DF). "Apesar de alguns tumultos de radicais no início do mandato do presidente Lula, o Brasil vive um período excepcional para recepcionar os países amigos que queiram investir por aqui", declarou Marinho. Segundo ele, estamos aproveitando todas as oportunidades e debates, como por exemplo sobre a transição energética, para colocar o Brasil como um bom endereço para recepcionar investimentos. Fonte: ASCOM MTE

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)